Os Requerentes apresentaram memoriais finais às fls. 140/163, e o Requerido às fls. 164/170.

Os autos vieram conclusos para sentença.

É O RELATÓRIO

DECIDO

Ao exame dos autos verifico a presença dos pressupostos processuais e das condições da ação. Não vislumbro hipótese qualquer de decretação de nulidade. Passo ao exame do mérito.

Inicialmente, cumpre anotar que deve ser aplicado à hipótese dos autos o disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa".

Da leitura do artigo 21, inciso XII, alínea b, da Constituição Federal, é possível inferir que há prestação de serviço público pela concessionária ré: "Art. 21. Compete à União: XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos".

Configura-se ao caso concreto a teoria do risco administrativo, segundo a qual o dever de indenizar surge do só ato lesivo e injusto causado à vítima pela Administração. Como ensina Hely Lopes Meirelles: "aqui não se cogita da culpa da Administração ou de seus agentes, bastando que a vítima demonstre o fato danoso e injusto ocasionado por ação ou omissão do Poder Público" (in "Direito Administrativo Brasileiro", 18ª ed., Malheiros, p. 555).

Não se olvida, ainda, a peculiaridade que atinge a prestação de serviços de energia elétrica, a qual importa em perigo constante e impõe ao fornecedor, em consonância com o disposto no parágrafo único do art. 927 do Código Civil, responder de forma objetiva pelo risco criado.

Destarte, não só pela noção de serviço público inerente à sua atividade, mas também pelo próprio perigo que a distribuição e o transporte de energia elétrica representam para a comunidade, afigura-se objetiva a responsabilidade atribuída à ré.

Com efeito, exclui-se o elemento subjetivo da culpa para aferir a obrigação de reparar ou não o dano, remanescendo o concurso de dois elementos, quais sejam, a ocorrência do dano e o nexo de causalidade entre este e a ação ou omissão administrativa, de modo que o dever de indenizar somente é afastado nos casos de força maior, caso fortuito ou, ainda, se comprovada a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

No presente caso é fato incontroverso que o Sr. Eduardo, ao tentar ligar a "chave" da rede elétrica, recebeu uma descarga de energia, resultando em seu falecimento.

Não obstante, em sua peça contestatória, o Requerido aduz que houve culpa de terceiro, visto que o presidente da associação rural solicitou que a vítima procedesse com a ligação da "chave", e ainda, culpa exclusiva da vítima, que interviu indevidamente na rede de energia elétrica de alta tensão sem utilizar equipamentos de segurança e sem possuir o devido treinamento e autorização da ré.

No concreto, a partir da prova oral produzida, possível concluir que a concessionária mesmo acionada para resolver o problema de falta de energia na comunidade Rio dos Couros, demorou para comparecer ao local, exsurgindo daí a sua culpa in omitendo.

Ocorre que incumbe à ré, na condição de concessionária de serviços públicos com alto risco, fiscalizar minuciosamente a rede elétrica sob sua responsabilidade, bem como adotar medidas que evitem acidentes danosos, adequando seus serviços de modo que, independentemente de quaisquer condições adversas, os terceiros possam ser protegidos.

Ora, se a energia elétrica estivesse em pleno funcionamento na comunidade, o de cujus não precisaria ter se dirigido ao poste, sendo assim, o resultado morte poderia ter sido evitado.

Por outro lado, a vítima desse grave infortúnio, também assumiu o risco de sofrer descarga elétrica, visto que não possuía treinamento adequado para resolver o problema técnico, nem sequer estava com equipamentos aptos a garantir sua segurança.

Como se observa, diante do contexto probatório, não há dúvidas de que há culpa da Requerida, que deixou de prestar seus serviços adequadamente, como também, resta incontroversa a imprudência da vítima que tentou resolver o problema, o que nos leva a conclusão da existência de responsabilidade concorrente.

Nesse sentido:

APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL – TESE DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA – LINHA DE TRANSMISSÃO TIDA COMO PARTICULAR – IRRELEVÂNCIA – CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 37, § 6º, DA CF – QUEDA DE POSTE DE ENERGIA ELÉTRICA – VÍTIMA DE ELETROCUSSÃO – CONDUTA OMISSIVA E NEGLIGENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS ENSEJADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL – CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA – VERIFICADA – REFLETIDA NO QUANTUM – INVALIDEZ PERMANENTE ATESTADA POR LAUDO PERICIAL – DANOS EMERGENTES COMPROVADOS – NOTAS FISCAIS E RECIBOS – DANOS MORAIS CONFIGURADOS – QUANTIA FIXADA DE MODO RAZOÁVEL – PENSIONAMENTO MENSAL DEVIDO – VALOR DA REMUNERAÇÃO COMPROVADO – PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA – INVIABILIDADE – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECONHECIDA – VERBA HONORÁRIA – PERCENTUAL MANTIDO – READEQUAÇÃO QUANTO À INCIDÊNCIA NA CONDENAÇÃO DO PENSIONAMENTO MENSAL – PRIMEIRO APELO PARCIALMENTE PROVIDO E SEGUNDO APELO DESPROVIDO. Não há que se falar em ilegitimidade passiva quando há em Juízo a confirmação de que os danos foram causados em virtude da conduta omissiva da concessionária de energia elétrica, que mesmo ciente da queda do poste em propriedade particular não se utilizou das cautelas devidas quanto ao isolamento do local e suspensão da força. O fato de se tratar de rede de transmissão de propriedade privada não exclui a responsabilidade pelos danos causados à vítima de eletrocussão, pois, além de ser a responsável pela transmissão da energia elétrica, a concessionária tem também o dever de fiscalização e vigilância. A ausência de cautela da vítima, que não detinha o conhecimento técnico para efetuar o serviço, importa no reconhecimento da culpa concorrente. Tratando-se de concorrência de culpas, não se há falar em excludente da responsabilidade, mas, tão-somente, em sua atenuação, cujos reflexos incidem apenas na minoração do quantum indenizatório, conforme dispõe o artigo 945 do CC. O dano emergente consiste na recomposição do patrimônio da vítima no estado que se encontrava antes da verificação do fato que gerou o prejuízo. É cabível a indenização por danos materiais se comprovado nos autos, por meio de provas idôneas, os gastos realizados em razão do ato ilícito praticado pela parte adversa. Nos casos de lesão física, a indenização material abrange, dentre outras, o pagamento de uma pensão, correspondente à importância do trabalho para o qual a vítima ficou inabilitada ou da depreciação que sofreu. A vítima tem direito ao recebimento de pensão mensal, no valor de eventual remuneração recebida antes do ato ilícito, desde o evento danoso até o fim de sua vida. A indenização por dano moral deve ser fixada em montante que não onere em demasia o ofensor, mas, por outro lado, atenda à finalidade para a qual foi concedida, compensando o sofrimento da vítima e desencorajando a outra parte quanto aos outros procedimentos de igual natureza. Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas (exegese do art. 21, caput, do CPC). Os honorários advocatícios, quanto à condenação em pensionamento mensal, devem ser fixados em percentual sobre o somatório dos valores das prestações vencidas mais um ano das vincendas. (Ap 119094/2012, DES. DIRCEU

DOS SANTOS, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 17/07/2013, Publicado no DJE 26/07/2013)

Nesse cenário, conclui-se que o acidente ocorreu por concorrência de culpas, e assim, a responsabilidade deve ser dividida entre os faltosos proporcionalmente em relação ao grau de culpa de cada parte.

Assim, a meu ver, resta claro que na cadeia de responsabilidades afeta diretamente ao fato danoso, podemos atribuir à requerida apenas 50% (cinquenta por cento) deste ônus.

DO DANO MORAL

Em primeiro lugar deve-se deixar bem claro que não se indeniza a vida humana, pois esta não tem preço, quanto custaria uma vida arrancada de forma abrupta e violenta do seio familiar, dos seus amigos e dos seus sonhos? Com certeza não tem valor que indenize a dor e o sofrimento de uma família.

Está-se diante do dano in re ipsa, advindo da experiência comum, secundum quod plerumque accidit. A toda evidência, a morte do esposo e pai acarreta abalo à normalidade psíquica dos requerentes, de modo a tornar despicienda sua prova em concreto.

Para a caracterização do dano moral indenizável deve-se aferir os requisitos da responsabilidade civil (conduta ilícita, do dano e do nexos de causalidade entre eles), sendo irrelevante a culpa concorrente da vítima, que será considerada por ocasião da fixação do valor da indenização.

O quantum indenizatório do dano moral, não obstante o cunho subjetivo do seu arbitramento deve obedecer aos limites do bom senso, considerando a condição econômico-financeira das partes, bem como a proporção e a gravidade da dor experimentada e, em se tratando de culpa concorrente, deve ser proporcionalmente fixada em relação ao grau de culpa.

A penosa missão de fixar o dano moral é uma das tarefas mais difíceis para o Magistrado, que deve analisar o caso concreto com moderação e prudência, para ser a mais completa possível.

Como quantificar os sentimentos como a dor, o sofrimento, o abalo emocional, o dissabor, a angústia, os sonhos de uma vida sofridos pela perda de um ente querido? Não há como medi-los. Mesmo que fosse possível medi-los, não há possibilidade de se reparar a dor com dinheiro, por isso a indenização restringe-se a mera compensação simbólica ao ofendido e de censura ao ofensor. Por esse motivo, é árdua a tarefa de fixar indenização a título de dano moral.

Não existe tabela pré-fixada e o Juiz não está subordinado a nenhum limite legal, por esse motivo deve-se atentar para o princípio da razoabilidade, para estimar uma quantia compatível com a reprovabilidade da conduta e a gravidade do dano por ela produzido. O valor do dano moral deve ser fixado de acordo com o prudente arbítrio do Juiz, tendo em conta a extensão da ofensa e a capacidade econômica do ofensor, pois não há outro modo razoável de avaliá-lo.

Por inexistir critérios objetivos para o cálculo da expiação pecuniária em dano moral, o qual não tem uma repercussão econômica devida, daí a razão de ser arbitrada com a finalidade de compensar a sensação de dor pela perda de entes queridos com a sensação agradável ao contrário. Por esse motivo, inexistindo recursos científicos para se chegar a um quantum, deve este ser arbitrado.

Para o arbitramento do valor do dano moral, deve ser levada em consideração a intensidade da culpa, as circunstâncias em que ocorreu o evento danoso.

Entendo que em se tratando de indenização decorrente de acidente de trânsito, a indenização por dano moral, deve basear-se não apenas no prejuízo efetivamente causado, haja vista que a vida humana é inestimável, sendo certo que, na fixação da indenização a esse título, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível sócio-econômico dos Requerentes e, ainda, ao porte econômico dos Requeridos, orientando-se o Juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, pois, A VIDA NÃO TEM PREÇO.

É de se salientar que o prejuízo moral experimentado pelos Requerentes deve ser ressarcido numa soma que não apenas compense a ela a dor e/ou sofrimento causado, mas ESPECIALMENTE deve atender às circunstâncias do caso em tela, tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, exigindo-se a um só tempo prudência e severidade.

A respeito do valor da indenização por dano moral, a orientação é no sentido de que:

“No direito brasileiro, o arbitramento da indenização do dano moral ficou entregue ao prudente arbítrio do Juiz. Portanto, em sendo assim, desinfluyente será o parâmetro por ele usado na fixação da mesma, desde que leve em conta a repercussão social do dano e seja compatível com a situação econômica das partes e, portanto, razoável”. (Antônio Chaves, “Responsabilidade Civil, atualização em matéria de responsabilidade por danos moral”, publicada na RJ nº 231, jan/97, p. 11). (grifei e negritei)

Portanto, inexistindo critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, é recomendável que o arbitramento seja feito com equilíbrio e atendendo as peculiaridades do caso concreto, já que a reparação deve ter fim também pedagógico, de modo a desestimular a prática de outros ilícitos similares.

Tendo havido a morte abrupta e violenta da genitora dos Requerentes, não sobejam dúvidas de que houve uma lesão de cunho moral para os mesmos, pelo que é cabível o seu ressarcimento.

Assim, avaliando e sopesando a necessidade de quem os postula, e a possibilidade de quem os pagará, não devendo ser exagerada, de forma a proporcionar enriquecimento ilícito para a primeira, e nem ínfima, de forma a nada representar para a segunda e levando-se em conta as circunstâncias objetivas e subjetivas da hipótese em apreço, inclusive ao fato do evento danoso ter se dado com culpa concorrente, esta vai reduzida na proporção de 50% (cinquenta por cento), resultando na indenização por danos morais na quantia de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), que deverá ser dividida entre os Requerentes.

DO PENSIONAMENTO

De acordo com a prova dos autos, a vítima laborava como caseiro, tendo sido registrado na função de serviços gerais, auferindo ganhos mensais no importe de R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais), fl. 50.

No que diz respeito à filha menor do de cujus (na data do acidente, ██████████ contava 06 anos), a sua dependência econômica em relação ao pai é presumida, assim como, a de sua mãe, visto que esta não possui renda fixa, conforme provas carreadas aos autos.

Quanto ao pai da vítima, não restou comprovada a alegada dependência econômica, visto que conforme confessado pelo mesmo em audiência de instrução, ele trabalha como servente de pedreiro, auferindo renda suficiente ao seu sustento. Por esse motivo, afasto a condenação do Requerido ao pagamento de pensão mensal ao pai do de cujus.

Tomando por base a renda mensal da vítima (R\$ 1.150,00) e atribuindo à requerida METADE desse gasto ante a repartição das responsabilidades, encontramos uma obrigação no valor de R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais).

Isto posto, a pensão mensal será fixada tendo por base 2/3 de R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais), tendo em vista que 1/3 do valor seria utilizado pelo falecido em gastos pessoais e o sobressalente ficaria a cargo do sustento da família, perfazendo, portanto, o valor de R\$ 383,33 (trezentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

Metade do valor fixado (R\$ 191,66 – cento e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), será pago para a autora [REDACTED] até a data em que o falecido completaria 75 anos de idade (22/04/2066), posto que, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para a estimativa do tempo de sobrevivência da vítima deve ser considerada a expectativa de vida média do brasileiro, segundo dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, que ora prevê a idade de 75 anos.

E a outra metade (R\$ 191,66 – cento e noventa e um reais e sessenta e seis centavos) ficará em benefício da filha do de cujus – [REDACTED] até a data em que completar 25 (vinte e cinco) anos, levando em consideração que nessa idade, normalmente, o filho já completou sua formação escolar ou universitária e já dispõe de condições para conquistar sua independência financeira.

A propósito: “RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PENSIONAMENTO. TERMO FINAL. IDADE DO FILHO. O STJ firmou a jurisprudência de que é devida a pensão mensal aos filhos menores, pela morte de genitor, até a data em que os beneficiários completarem 25 anos de idade.” (STJ. AgRg no Ag 1419899 / RJ. Rel. Min. HERMAN BENJAMIN. DJ 24 set. 2012).

Outro ponto a ser destacado no tocante à pensão mensal é que os juros de mora, em consonância com o enunciado 54, da súmula da jurisprudência do STJ, são devidos desde a data do evento danoso, ou seja, desde o acidente, ocorrido em 28/04/2015.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais formulados pelos autores, para condenar solidariamente o Requerido, CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO ENERGISA:

1) Ao pagamento de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a título de DANO MORAL, acrescido de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (28/04/2015) e correção monetária (INPC) a partir do arbitramento (Súmulas 54 e 362 do STJ), que deverá ser dividida igualmente entre os Requerentes;

2) Ao pagamento da PENSÃO MENSAL, a ser pago desde o falecimento da vítima (28/04/2015), na seguinte forma: Metade do valor fixado (R\$ 191,66 – cento e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), será pago para a autora [REDACTED] até a data em que o falecido completaria 75 anos de idade (22/04/2066) e a outra metade (R\$ 191,66 – cento e noventa e um reais e sessenta e seis centavos) ficará em benefício da filha do de cujus – [REDACTED] até a data em que completar 25 (vinte e cinco) anos, os valores deverão ser acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (28/04/2015) e correção monetária (INPC) a partir do arbitramento (Súmulas 54 e 362 do STJ). Para tanto, deverá a parte Ré constituir capital cuja renda garanta o pagamento do valor das prestações da pensão, consoante o disposto no artigo 533 do CPC.

Face a sucumbência recíproca, condeno os autores ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas processuais e honorários advocatícios ao procurador dos réus, que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do CPC.

Arcarão os réus com 50% (cinquenta por cento) das custas processuais e honorários advocatícios ao procurador dos autores, que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do CPC.

Registro, por fim, que por serem os autores beneficiários da gratuidade da justiça (fl. 57), fica suspensa a exigibilidade, nos termos do artigo 98,§3º do CPC.

Transitada em julgado, certifique-se e intime-se a parte vencedora para promover a execução da sentença, nos termos do artigo 513 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá/MT, 09 de maio de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

09/05/2019

Concluso p/Sentença

23/10/2017

Despacho->Mero expediente

VISTOS EM CORREIÇÃO.

Considerando o elevado número de processos em trâmite nesta Vara (5.597) aliado ao fato que durante os trabalhos da correição primou-se pelo atendimento das demandas urgentes e das Metas do Tribunal de Justiça e do CNJ, restando ainda 545 processos que necessitam de análise mais criteriosa, determino a inclusão deste feito no plano que alude o artigo 21 da CNGC/TJMT, permanecendo concluso em gabinete para imediatamente após o fim da correição ser decidido.

Cumpra-se.

Cuiabá, 23 de outubro de 2017.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

20/06/2017

Concluso p/Despacho/Decisão